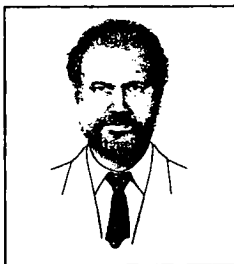


É difícil gastar em educação?



**Mais que do
salário
ultrajante, o
professor
se ressentido
do abandono**

Reportagem recentemente publicada neste jornal dava conta da dificuldade que muitos prefeitos do Estado vêm tendo para gastar os 25% que, de acordo com a lei, são obrigados a aplicar em educação. Segundo a matéria, a verba municipal para o ensino básico tem sido desviada para despesas como compra de veículos, compra e aluguel de edifícios e até conservação de jardins e praças públicas. Não apenas para isso. É

muito comum as prefeituras adquirirem ônibus, sob o pretexto de transportar universitários para cidades vizinhas. Também costumam fornecer bolsas de estudo para apaniguados políticos. E são useiras em asfaltar ruas e até contratar funcionários com o dinheiro destinado à educação. Alguns prefeitos são simplesmente mal-intencionados. Outros até que são bem-intencionados, mas mal-informados, por colocarem a educação dos seus municípios em plano secundário.

Até pouco tempo atrás ainda se podia discutir que prioridade deveria ter a educação num país que tem tantas prioridades. Hoje, essa discussão está superada. Numa economia globalizada, numa sociedade em que cada cidadão concorre pelo trabalho com pessoas do mundo todo, em que o trabalhador desqualificado vale ca-

da vez menos e o altamente qualificado, cada vez mais, a educação é condição fundamental para que o indivíduo tenha chances de conseguir um emprego, pois é, mais do que nunca, garantia essencial de um desempenho profissional adequado.

Nenhum dos países que cresceram significativamente nos últimos anos conseguiu fazê-lo sem dispor de um sistema educacional eficiente. Nenhum deles dispunha de riquezas naturais de grande porte,

antigo orgulho nosso e pretensa garantia de futuro promissor. Nenhum era rico há alguns anos. Seu grande investimento, o único que dá retorno a médio e longo prazos, foi em educação. Arriscaria dizer que, ironicamente, o fim do socialismo real coincide com o fim da era do capital, uma vez que caminhamos céleres para a era da competência. O lucro que o competente dá à sua empresa é tão grande (graças à informática a competência se potencializa e se reproduz) que toda as organizações estão caminhando para estruturas enxutas e qualificadas, em vez de volumosas e inoperantes, ou mesmo razoáveis. E a base de tudo está na escola de qualidade para todos.

É triste constatar que, enquanto o mundo caminha num sentido, há prefeituras que ainda gastam verbas de educação até com esterco. Mas o

mais triste é que esses fatos são muito conhecidos nos municípios onde são praticados e continuam ocorrendo, por conta, tanto da consagrada impunidade aos infratores de colarinho-branco, quanto da conivência da própria população. Muitos gritos de protesto ficam retidos na garganta em troca de uma bolsa de estudo ou de um emprego na prefeitura. É lamentável que o espírito público e a conseqüente prática da cidadania ainda se curvem, muitas vezes, a interesses pessoais e imediatos.

Façamos, contudo, um exercício de ingenuidade e aceitemos, apenas por hipótese, a idéia de que, efetivamente, muitas prefeituras não sabiam em que utilizar a dotação orçamentária destinada à educação. Nesse caso, cabe-nos ajudá-las, fazendo sugestões. Farei algumas, apenas para desencadear o processo, mas gostaria que os leitores do **Estado**, que conhecem as necessidades educacionais de suas cidades melhor do que ninguém, apresentassem também suas idéias no sentido de ajudar nossos queridos prefeitos, tão faltos de imaginação.

Começaria minha lista de sugestões pelo óbvio: não há educação de qualidade sem um professor bem formado, atualizado e bem pago. Assim, proporia que os municípios que não sabem o que fazer com o dinheiro pagassem uma complementação salarial a todos os seus professores, sejam eles municipais ou estaduais. Com isso muitas escolas particulares, que também pagam um salário de fome aos seus professores, seriam obrigadas a rever, para melhor, sua

política salarial.

Sugeriria, em seguida, que fossem organizadas atividades destinadas a instrumentalizar os professores do município. Nosso país tem educadores de excelente qualificação que aceitariam fazer um trabalho com os docentes do ensino de primeiro grau. Como não há problema de verba, não seria o caso de atirar intelectuais competentes em hoteizinhos sujos, resignados a um cachê deplorável. Não. O município pagaria bem, para ter bons palestrantes que ajudariam a manter o corpo docente do município num patamar alto. Muitas vezes, mais que do salário ultrajante que recebe, o professor se ressentido do abandono a que é relegado. Há que reacender o amor próprio, a auto-imagem do professor, para que ele dê o salto que se espera dele e de que ele é capaz.

Como ainda há dinheiro, sugeriria aos prefeitos que formassem bibliotecas escolares. Há muitos livros importantes para alunos e professores, além dos didáticos, e bibliotecas vivas são muito frequentadas (não me refiro, é claro, àqueles depósitos de livros ciosamente trancados e intocados, como virgens medievais). Os professores de cada município sabem que livros são importantes e podem pedir ajuda à FDE (estadual) e à FAE (federal), que possuem listas de livros comprados para fazer parte de acervos escolares.

Como se vê, dá para gastar (bem) com educação.